



CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO (CTIG)
Ata da 43ª reunião, realizada em 14 de fevereiro de 2014

1 Em 14 de fevereiro de 2014, reuniu-se a Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão
2 (CTIG) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: Amarildo José
5 Brumano Kalil e José Góes Júnior – representantes do poder público estadual; Sônia
6 Doralice Neiva Lara – representante do poder público municipal; Irazy Maria de
7 Lourdes Braga – representante de usuários de recursos hídricos; Fernando Marinho de
8 Oliveira – representante da sociedade civil. **Assuntos em pauta.** **1) ABERTURA.** A
9 presidente Irazy Maria de Lourdes Braga declarou aberta a 43ª reunião da Câmara
10 Técnica de Instrumentos de Gestão. **2) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.**
11 Não houve manifestações. **3) EXAME DA ATA DA 42ª REUNIÃO.** Aprovada por
12 unanimidade a ata 42ª reunião da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão, realizada
13 em 12 de dezembro de 2013. **4) PROPOSTA DE AGENDA ANUAL PARA AS**
14 **REUNIÕES DA CTIG EM 2014. Apresentação: IGAM.** Aprovada por unanimidade a
15 agenda de reuniões da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão para o ano de 2014,
16 nos termos da proposta apresentada pelo IGAM. **5) PROJETO “MANUTENÇÃO DO**
17 **PROGRAMA DE MONITORAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO**
18 **ESTADO DE MINAS GERAIS. COLETAS E ANÁLISES LABORATORIAIS E**
19 **CARACTERIZAÇÃO DA QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS EM**
20 **MINAS GERAIS”.** **Apresentação: IGAM.** A Câmara Técnica de Instrumentos de
21 Gestão aprovou por unanimidade o projeto “Manutenção do Programa de
22 Monitoramento dos Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais”, nos termos
23 apresentados pelo IGAM, com a seguinte ressalva: – Para aprovação pelo Plenário do
24 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o projeto deverá ser acompanhado de um
25 planejamento de ações a serem desenvolvidas em curto, médio e longo prazos visando à
26 redução de custos. **Síntese das discussões que antecederam a deliberação da Câmara.**
27 A gerente Wanderlene Ferreira Nacif, do IGAM, fez apresentação do projeto
28 “Manutenção do Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos do Estado de
29 Minas Gerais”, destacando a duração de 36 meses e o valor total de investimento de R\$
30 22.610.679,45, do qual R\$ 19.986.037,05 são recursos provenientes do Fhidro, e R\$
31 2.624.642,40, de contrapartida do IGAM. Após a exposição, foram esclarecidos pontos
32 destacados pelos conselheiros e registradas contribuições a serem consideradas pelo
33 IGAM. **O conselheiro Amarildo José Brumano Kalil** manifestou sua preocupação com o
34 custo do programa. “São R\$ 20 milhões só para se fazer análise de água. Ainda é falado
35 que é insignificante a quantidade de pontos. Para ficar significativo, vamos ter que gastar

36 R\$ 100 milhões. Assim não há recurso que chega. Temos que achar uma solução,
37 porque, com esse custo, não é possível manter o sistema, e o recurso público não pode ir
38 aumentando em escala.” Wanderlene Ferreira Nacif: “Nós também temos preocupação
39 com o custo e com a nossa capacidade de lidar com todos esses dados. Não adianta
40 adensar simplesmente a rede sem ter avaliação da importância desses pontos e da
41 representatividade. Às vezes dois pontos de monitoramento estão dando o mesmo
42 resultado, avaliando a mesma área. Então temos também esse processo de avaliar a rede
43 de monitoramento e estamos trabalhando na implantação de um software, em parceria
44 com uma universidade, para fazer essa avaliação para toda a rede. Temos em mente essa
45 visão de que é importante fazer uma reavaliação da rede, inclusive para realocar pontos.”
46 Conselheiro Amarildo José Brumano Kalil: “O Estado tem uma rede de laboratórios
47 enorme. A Copasa deve ter vários laboratórios que fazem esse tipo de análise, e o
48 próprio IMA faz, não sei se com todos os itens. Eu acho que deveríamos pensar na rede
49 do próprio Estado. A infraestrutura já está pronta, e, às vezes, é preciso de apenas uma
50 parcela de investimento em alguns equipamentos.” Wanderlene Ferreira Nacif destacou a
51 necessidade de se avaliar os custos, mas também a capacidade operacional desses
52 laboratórios. Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Inegavelmente, precisamos ter
53 isso no Estado, o que fala da qualidade, o que define onde deve ser a ação e qual ação
54 deve ser tomada, baseados nesses resultados. Isso é inegável, mas o valor de R\$ 19
55 milhões é dinheiro demais, é dinheiro para ação, para resolver. Eu compartilho do
56 pensamento do conselheiro Amarildo. Uma das coisas que foram feitas para que se tenha
57 credibilidade é que todos os empreendimentos tenham análises, como condicionantes.
58 Todos os empreendimentos precisam entregar essas análises de um laboratório
59 habilitado; as coletas e as análises. São um esforço e uma leva de dados enormes. Por
60 que não se despende um esforço para ver o que pode ser usado dos empreendimentos
61 que já analisam há anos, para evitar que esse custo seja gasto aqui e se possa direcionar a
62 alguma coisa? O resultado é fruto de uma condicionante de um laboratório, que tem um
63 laudo de um profissional responsável.” Wanderlene Ferreira Nacif: “Na verdade já temos
64 uma iniciativa com uma empresa, fizemos uma proposta de uma rede integrada. Mas
65 estamos ainda vendo como vai ser o desdobramento. São detalhes que temos que vencer
66 pouco a pouco até conseguir tornar realidade. Mas existem duas iniciativas, com
67 empresa privada e com a Cemig, para integração dessas redes.” Conselheiro Fernando
68 Marinho de Oliveira: “Eu acho que é assustador o valor do recurso, e é importante
69 discutir. Nós lutamos por isso mesmo aqui, nós que estamos na área de recursos hídricos
70 lutamos por essa questão, mas eu acho que cabe um alerta nosso para se avaliar esse
71 custo-benefício, vamos dizer assim. As estratégias podem ser reforçadas, as questões de
72 convênios. Os laboratórios têm dificuldades, mas, por exemplo, com a Copasa, podem
73 ser feitos convênio e transferência de recursos viabilizando um custo mais barato. Outra
74 coisa é a questão do sistema de informação de meio ambiente, pois os dados não se
75 comunicam. Tem que haver essa rede, uma metodologia, uma periodicidade toda
76 definida, mas outros dados, como dos empreendimentos, não podem ser agregados a
77 essas informações? De repente, o empreendedor já está saturado de condicionantes, e é

78 mais uma condição dada a ele, para ele fornecer ao Estado outro serviço. Mas tem que se
79 pensar realmente em algumas coisas e nessa integração. Então seriam essa integração de
80 dados por sistema de informações e a preocupação com esse volume de recursos,
81 mostrando o objetivo de se procurar mais convênios e diminuir esses custos e a
82 preocupação do Estado com a questão desse custo. “Conselheira Sônia Doralice Neiva
83 Lara: “Quando vocês fizeram o planejamento para três anos com esse custo tão alto, essa
84 ideia de aparelhar o próprio Estado talvez fosse conveniente. Através de convênios, o
85 Estado melhoraria os laboratórios de que dispõe, como o do IMA, os laboratórios das
86 universidades etc., e até mesmo poderia incentivar o próprio empreendedor a fazer e
87 bancar uma parte. Seria confiável já que nos basearíamos nos levantamentos do Estado.
88 Então os laboratórios do Estado seriam confiáveis para fornecer também um laudo para o
89 empreendedor. Quando se faz planejamento para três anos, com esses R\$ 12 milhões
90 para laboratório talvez nem começasse. Não se consegue aparelhar com R\$ 12 milhões o
91 próprio Estado, porque, além de aparelhos, é necessário ter gente. Mas se o planejamento
92 for para seis anos ou para dez anos? Poderemos pensar em seis ou dez anos, pois essas
93 análises vão ter que continuar. Então, de três em três anos, teremos que pagar um
94 absurdo. Não seria melhor, em um tempo médio, conseguir equipar e ter um sistema de
95 informação interligado? Se conseguíssemos, no sistema de informação, cruzar todos
96 esses parâmetros, estaríamos criando um plano de curto, médio e longo prazos.”
97 Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Eu acho que todos nós estamos falando a
98 mesma coisa, de planejamento para se tentar capacitar, quem sabe, outros laboratórios ou
99 mesmo poder usar uma rede integrada, e que as empresas, tanto privadas quanto do
100 Estado, possam utilizar os dados que obtém de um laboratório certificado, e o IGAM
101 usar. Você então falou que está se pensando nisso. Eu acho que seria interessante um
102 planejamento, ver em que ponto nós estamos e para onde nós vamos. Isso vai acontecer,
103 mas precisamos ver qual é o planejamento.” Wanderlene Ferreira Nacif informou que
104 poderá ser articulada, com a diretora Geral do IGAM, a apresentação das iniciativas do
105 órgão e de outras instituições do Estado nesse sentido. Conselheiro Fernando Marinho
106 de Oliveira: “A importância é indiscutível. Talvez fazer um marketing melhor, estruturar
107 essa informação e ficar atento aos valores.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga:
108 “Existem, no Comitê do Velhas, alguns subcomitês que estão com empresas contratadas,
109 com propostas de monitoramento. Os subcomitês vão apresentar ao Comitê da Bacia os
110 pontos que eles sugerem que sejam monitorados. São projetos independentes da
111 atualização do plano. Eu acho que vale um contato com o Comitê do Velhas para saber
112 esse tipo de proposta que estão estudando. Vale a pena saber para ver se, de repente, será
113 possível o IGAM usar alguns pontos, para minimizar os custos.” **6) PROCESSO DE**
114 **OUTORGA Nº 20154/2012. Vale S/A. Pedido de concessão de outorga de**
115 **aproveitamento de potencial hidrelétrico. Ribeirão Santana. Fazenda Santana dos**
116 **Mellos. Rio Preto/MG.** Outorga concedida por unanimidade nos termos do parecer
117 técnico. A presidente Irany Maria de Lourdes Braga determinou a inclusão, nos autos do
118 processo, de documento que informa o motivo pelo qual o pedido de outorga foi
119 encaminhado diretamente à CTIG e não para o Comitê da Bacia. **7) PROCESSO DE**

120 **OUTORGA Nº 17986/2012. Rede Gusa Minerações Ltda. Pedido de autorização**
121 **para regularização da implantação de uma canalização e/ou retificação (dreno) de**
122 **curso de água no afluente córrego Coité de Baixo. Mina Coité. Santa Maria de**
123 **Itabira/MG.** Outorga concedida por unanimidade nos termos do parecer técnico. A
124 presidente Irany Maria de Lourdes Braga registrou ofício do Comitê da Bacia
125 Hidrográfica do Rio Santo Antônio, conforme consta do processo, que justifica o
126 encaminhamento do pedido de outorga diretamente à CTIG tendo em vista a não
127 existência de Câmara Técnica constituída no Comitê, para análise e julgamento, à época
128 da entrada do pedido. **8) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **9)**
129 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente Irany
130 Maria de Lourdes Braga declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

131
132 **APROVAÇÃO DA ATA**

133
134
135 **Presidente Irany Maria de Lourdes Braga**

136
137
138 **Amarildo José Brumano Kalil**

139
140
141 **José Góes Júnior**

142
143
144 **Sônia Doralice Neiva Lara**

145
146
147 **Fernando Marinho de Oliveira**